

Cobertura jornalística de rebeliões em penitenciárias de Mato Grosso do Sul¹

Claudenir dos SANTOS²

Mário Luiz FERNANDES³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

RESUMO

O objetivo do artigo é efetuar uma pesquisa exploratória da cobertura jornalística realizada pelo jornal Correio do Estado, de Campo Grande (MS), sobre as rebeliões ocorridas em maio de 2006, nas prisões do estado. As rebeliões foram coordenadas pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), a partir das penitenciárias paulistas. As informações obtidas foram categorizadas com o intuito de verificar como a rebelião e seus desdobramentos foram noticiados, quais gêneros e formatos jornalísticos foram utilizados, como foi composta a equipe de jornalistas envolvida na cobertura e os locais de procedência da notícia. As conclusões desta análise sugerem que o jornal dispensou grande parte de seus esforços na realização da cobertura dos fatos e das consequências decorrentes da rebelião e que produziu materiais suficientes para elaboração de uma análise discursiva posterior.

PALAVRAS-CHAVE: Rebeliões prisionais; Crime organizado; Correio do Estado; Jornalismo impresso; Gêneros jornalísticos.

Introdução

Os estudos sobre rebeliões prisionais datam da década de 1950, nos Estados Unidos. Pesquisadores da época buscavam entender quais os motivos que levavam os presos a se rebelarem e, principalmente, quais os fatores que potencializavam as reivindicações e a violência dentro das prisões. Conforme Salla (2006), uma grande gama de fatores foi elencada pelos pesquisadores.

A eclosão dessas rebeliões era explicada por fatores que atuavam isoladamente ou em conjunto, tais como, o suporte financeiro insuficiente, indiferença pública e oficial, pessoal desqualificado, ociosidade forçada dos presos, ausência de programas profissionais, tamanho excessivo das prisões, superlotação, motivações políticas da administração prisional, práticas imprudentes (incompetentes) de

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Essa análise faz parte da pesquisa em andamento: Rebelião em penitenciárias de Mato Grosso do Sul: o enquadramento de uma crise pelo jornalismo impresso.

² Mestrando do Curso de Comunicação da FAALC-UFMS, e-mail: claudenirsantos@hotmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da FAALC-UFMS, e-mail: mario.fernandes@ufms.br

livramento. Porém a constatação de tais aspectos não avançava na direção de uma compreensão mais profunda das raízes desses eventos (SALLA, 2006, p. 279).

As rebeliões nas prisões brasileiras, segundo o autor, tornaram-se objeto de estudos acadêmicos a partir de 1980, logo após o final da ditadura militar, quando o País recuperou a normalidade democrática. Para o autor, desde os anos de 1980 ocorre a tendência de crescimento da criminalidade em vários países e o consequente aumento de pessoas encarceradas, a partir da percepção de que políticas penais mais severas devem ser implementadas para conter a crescente onda criminal. Ele cita exemplos dos fatores que contribuem para o aumento da população carcerária.

A criminalização da miséria, a repressão às ilegalidades e estratégias de sobrevivência das camadas pobres e o combate ao tráfico de drogas compõem os principais ingredientes que explicam a explosão nas taxas de encarceramento em praticamente todos os países do mundo ocidental. O Brasil parece representar um bom exemplo desta linha de análise (SALLA, 2006, p. 279).

Conforme Salla (2006), as rebeliões posteriores a do Carandiru apresentam uma mudança no perfil desses movimentos. Fatores como condições precárias dos presídios e tratamento violento são os mais citados como causas das rebeliões provocadas por grupos criminosos, sobretudo nos principais estados e centros urbanos brasileiros.

Em maio de 2006, o Primeiro Comando da Capital (PCC) demonstrou seu nível de organização e capilaridade nas prisões e organizou a partir delas, eventos que ecoaram não só entre os muros das penitenciárias, mas em todo o país. Motivados pela transferência de líderes e articuladores da organização, o grupo orquestrou, executou e coordenou motins e ataques a vários agentes de segurança pública, destruíram instalações físicas e bens materiais das prisões e vitimaram internos que se opunham ao grupo, como descrevem Adorno e Dias.

Entre 12 e 20 de maio de 2006, 439 pessoas foram mortas por armas de fogo no estado de São Paulo. Essas mortes foram seguidas por ondas de violência, como motins nas prisões, ataques contra policiais (civis e militares), contra postos e delegacias de polícia. Edifícios públicos e privados foram depredados e destruídos, assim como veículos de transporte coletivo foram incendiados. O mais surpreendente foi a paralisação temporária de todas as atividades da capital ao cair da tarde, o que contribuiu para intensificar muito rapidamente os sentimentos de medo e insegurança disseminados entre seus habitantes. Desde logo, as ondas de violência foram atribuídas à ação do “crime organizado”, mais

precisamente o Primeiro Comando da Capital (PCC), cujos centros de decisão são sediados nas prisões do sistema penitenciário paulista (ADORNO; DIAS. 2016, p.119).

Em Mato Grosso do Sul, os líderes da rebelião, de dentro da prisão, utilizavam aparelhos telefônicos para articular e coordenar as ações. Os desdobramentos eram acompanhados por eles pelos noticiários da televisão e do rádio.

Enquanto a violência acontecia nas ruas, nas prisões o clima também era de instabilidade, agressões e mortes. Estes fatos ganharam ampla cobertura jornalística que produzia conteúdos que iam de notas a infográficos, de entrevistas com autoridades ligadas à segurança pública a depoimentos dos cidadãos em pânico. O foco do debate era a degradação da segurança pública no Brasil e como o sistema carcerário que há décadas dava sinais de desgastes havia chegado ao caos e que colocava em xeque toda a estrutura penal em vigência.

Como salientam Christino e Tognolli (2017), a rebelião de 2006 ganhou *status* de megarebelião, pois a articulação do PCC ultrapassou os limites das muralhas, envolveu atores externos. Os familiares dos encarcerados foram recrutados para comparecer às prisões e serem mantidos como reféns, além de envolver ramificações da organização como o PCC-MS e o PCC-PR, em torno da tomada das prisões.

Com bandeiras e faixas expondo a sigla da facção a cada rebelião que agora ocorria, o PCC transbordava os limites das muralhas. O impacto foi tão grande que surpreendeu os secretários da Administração Penitenciária e da Segurança Pública. Assim, o PCC deixava de ser uma questão a ser tratada no reservado do sistema prisional como uma questão secundária, para ser protagonista das ações da segurança pública. Alguns dias depois da megarebelião, a revista *Veja* publicou uma reportagem com a manchete “Eles tomaram o poder” com observações muito interessantes. Destacam a ousadia da organização e o uso de parentes. Essa avalanche de informações sobre um poderoso e perigoso grupo, não era conhecido fora do ambiente da marginalidade, chocou a sociedade e ganhou a mídia do mundo todo. A partir desse momento, a ação do Estado para conter esse movimento passa a ser cobrada (CHRISTINO; TOGNOLLI. 2017, p.52).

Esta é uma pesquisa de natureza exploratória que busca levantar dados sobre o objeto de pesquisa a ser investigado na dissertação de Mestrado intitulada *Rebelião em penitenciárias de Mato Grosso do Sul: o enquadramento de uma crise pelo jornalismo impresso*, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Trata-se de um levantamento das

características da “cobertura” jornalística do jornal *Correio do Estado* sobre as rebeliões ocorridas em penitenciárias de Mato Grosso do Sul em maio de 2006. Os indicativos levantados aqui servirão de base taxionômica para posterior análise discursiva sob o enfoque da Teoria do Enquadramento.

Conforme Gil (2008, p. 27), a pesquisa exploratória serve para “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”, e estabelece uma relação de familiaridade com o objeto de pesquisa.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

A cobertura do *Correio do Estado* em relação às rebeliões de maio, até o momento, não foi objeto de estudo acadêmico, ou seja, permanece inédita. Por isso, a necessidade da pesquisa exploratória para se levantar dados significativos para a futura análise. Como pontua Köche, a pesquisa exploratória é necessária para “desencadear um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar” (Köche, 1997, p. 126).

Este levantamento inicial busca identificar os gêneros/formatos jornalísticos publicados pelo jornal sobre as rebeliões, identificar os jornalistas atuantes na cobertura, o uso de imagens/fotografias, locais de procedência da notícia, entre outros. O período analisado é de 14 de maio a 14 de junho de 2006. Na sua primeira parte, desenvolve também pesquisa bibliográfica para traçar uma breve linha evolutiva do crime organizado no Brasil.

1. O crime organizado

Segundo a Lei n. 12.850/13, artigo 1, §1,

Considera-se organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional.

As organizações criminosas são criadas e aprimoradas objetivando o domínio, por meio do emprego da força, seja para alcançar riquezas, dominar territórios ou para exercer influência sobre as populações as quais o Estado não consegue alcançar.

A evolução dos grupos foram ocorrendo concomitantemente com a evolução da tecnologia. Velhas práticas foram abandonadas e novas surgiram, e os grupos foram se adaptando para ampliar sua área de domínio e infiltração no convívio social. Exemplo disso foi o advento dos *smartphones* com acesso à internet, imprimindo maior velocidade nos contatos. As associações criminosas possuem, atualmente, estruturas similares as de uma empresa privada, com organogramas hierárquicos, divisão de tarefas e responsabilidades e obtenção de lucros que em alguns casos são legalizados mediante a inserção de capital em empresas e investimentos.

Uma corrente de pesquisadores da história da prisão credits à criação do crime organizado brasileiro a partir das prisões nacionais ocorridas durante o regime militar. Por força da Lei de Segurança Nacional, alguns cidadãos que praticavam crimes políticos ou que se opunham ao regime militar foram condenados à prisão e dividiram os mesmos espaços prisionais com presos comuns, causando uma fusão de realidades.

No entanto, o elemento preponderante para alavancar a organização criminal no Brasil foi o tráfico de drogas. Um negócio altamente rentável e que exige um nível de organização elevada para operacionalizá-lo. Fora preciso pensar em cultivo, produção, logística, armazenamento, distribuição, compra e venda. Para manter essa estrutura de comércio de natureza ilícita, fez-se necessário a utilização da violência tornando-a parte integrante do processo.

A criação da mais antiga organização criminosa, O Comando Vermelho, remonta à década de 1970, no estado do Rio de Janeiro. Disputas violentas entre os presos em diversas galerias do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, município de Angra dos Reis/RJ.

Seu surgimento ,segundo uma corrente de pesquisa, é fruto da convivência em um mesmo espaço prisional de presos comuns e presos políticos que foram condenados por força da Lei de Segurança Nacional. No entanto, Amorim (2011) defende também que a criação do Comando Vermelho seria decorrente de revoltas em razão do tratamento recebido dos militares que comandavam a unidade penal da Ilha Grande.

As grades têm a ferrugem das décadas. E muitos lugares ainda exibem cicatrizes das incontáveis rebeliões e incêndios. O Cândido Mendes tem segredos: mortes violentas, estupros, o preso contra o preso, a guarda contra todos. Porque essa é uma cadeia de muitos horrores. É a mais pobre de todo o sistema carcerário do estado do Rio. Faltam comida, colchões, uniformes para os presos, cobertores para um inverno de ventos frios que vêm do mar. Faltam armas e munição para os soldados - e é comum que eles mesmos as comprem em caráter particular. Papel higiênico, aqui, é coisa de que nunca se ouviu falar. A cadeia, construída para abrigar 540 presos, está superlotada. Os 1.284 homens encarcerados ali no ano de 1979 se vestem como mendigos. Lutam por um prato extra de comida. Disputam a facada um maço de cigarros ou uma "bagana" de maconha. Cocaína e armas de fogo podem ser razões para um motim [...] (AMORIM, 2011, p. 50).

As alas do presídio da Ilha Grande eram divididas por galerias apelidadas por “falanges”. A cor vermelha usada como símbolo da organização criminosa, é uma referência a cor vermelha utilizada nos prontuários dos presos políticos da Falange LSN.

Lá pelo meio do ano de 1975, a comissão da Falange LSN já tinha alcançado certo reconhecimento oficial. Pôde inclusive divulgar no exterior uma carta denunciando a morte por espancamento de dois detentos. Espancamento - é claro - praticado pelos guardas. Para contrabandear o documento, eles foram ajudados por parentes dos presos políticos, que tinham feito amizade com familiares dos presos comuns. Uma cooperação que provavelmente encerrou um largo período de proximidade entre eles. Um dado é fundamental para entender o modo pelo qual o núcleo que deu origem ao Comando Vermelho foi ganhando a confiança do conjunto dos prisioneiros: enquanto as demais falanges se organizaram em torno de seus próprios interesses - e geralmente pelo terror - o grupo do "fundão" se esforçava para melhorar as condições carcerárias e reprimia o crime entre os próprios criminosos. Ironias da história (AMORIM, 1994, p. 61).

Em 17 de setembro de 1979, o Comando Vermelho tomou o poder na Penitenciária da Ilha Grande, durante um massacre que durou dias e resultou num pacto feito pelos grupos menores em apoio à organização que se tornara dominante. Em seguida, integrantes da cúpula da organização foram transferidos no intento de desarticulá-los, no entanto, ao invés de dirimir o grupo, as transferências serviram para capilarização e domínio de outras unidades prisionais do Rio de Janeiro.

A incredulidade das autoridades estaduais tem um preço: a experiência do "fundão" vai ser levada a todas as instituições penais. O braço da organização vai se estender ao redor dos quatorze mil presidiários do estado do Rio de Janeiro, especialmente porque a direção do sistema penal comete um erro muito grave, transferindo para outras unidades carcerárias alguns dos líderes do Comando Vermelho e muitos dos seus

inimigos. Momentaneamente, a população da Ilha Grande se reduz - mas a repercussão da matança aumenta. As novas e mais radicais palavras de ordem do Comando Vermelho são ouvidas em todas as cadeias: 1. Morte para quem assaltar ou estuprar companheiros; 2. Incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua, porque a rivalidade entre quadrilhas não pode perturbar a vida na cadeia; 3. Violência apenas para tentar fugir; 4. Luta permanente contra a repressão e os abusos (AMORIM, 1994, p. 77).

O surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC), outra grande organização criminosa brasileira, também é cercado por dualidades, seus fundadores divergem sobre os reais motivos da sua criação. No entanto, o embrião parece ter sido o acontecimento que ficou conhecido como Massacre do Carandirú.

Em outubro de 1992, a Penitenciária do Carandirú, em São Paulo, foi tomada por uma rebelião dos presos da penitenciária. Durante a contenção do motim, policiais militares foram responsabilizados pelo homicídio de 111 presos.

A morte dos detentos da Penitenciária do Carandirú causou pânico entre os custodiados de outra unidade penal, o Centro de Custódia e Tratamento de Taubaté, popularmente conhecida como “Piranhão”. Um ano após a rebelião no Carandirú, oito presos então coordenados por José Márcio Felício, o Marcola, idealizaram um grupo, fortalecidos pela ideia da necessidade de união entre os encarcerados para combater o poder do Estado dentro do sistema prisional, conforme descreveu Manso e Dias (2017):

O homicídio de 111 presos por policiais militares chamados para acabar com uma rebelião no Pavilhão 9 seria lembrado pela facção ao longo dos anos. Como afirmava o 13º artigo do estatuto de fundação do grupo, que seria divulgado quatro anos depois. Temos que permanecer unidos e organizados para evitar que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção [...], massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura e massacres nas prisões (MANSO; DIAS. 2017, p.12).

O Piranhão abrigava presos da cidade, das imediações e os transferidos da capital. Após o término de uma partida de futebol, os presos do interior arremessavam a bola contra uma parede e por meio de gestos e palavras associavam a bola às cabeças dos presos oriundos da capital.

Após algumas transferências de cela, por motivos operacionais da prisão, ocorreu um agrupamento dos presos advindos da capital, que até então encontravam-se

em celas separadas, e para vingar-se das provocações motivadas pelos chutes na bola organizaram uma matança contra os possíveis rivais.

Assim que entraram no pátio, ficamos em posição e começou a matança com os companheiros na ativa. Com um soco estourei a cabeça do Garcia. Os demais colocaram linhas no pescoço do Severo e o enforcaram no meio do pátio. Assim aconteciam as primeiras mortes em Taubaté. Tudo está registrado na delegacia e no processo, no qual recebemos a condenação a 32 anos de prisão. Após as mortes, chamei todos no meio da quadra e ali com as mãos sujas de sangue, falamos: Aqui neste momento está fundada a facção PCC, Primeiro Comando da Capital. Vamos combater os corruptos e os opressores do sistema prisional (UOL NOTÍCIAS, 2019).

A partir de Taubaté o grupo foi gradualmente crescendo e se capilarizando nas prisões paulistas, controlando o interior das prisões, arrebatando integrantes que partilhavam da mesma visão e a cada motim orquestrado a área de atuação e domínio se expandiam.

Em uma tentativa de desarticular o grupo que já tinha grandes dimensões, os órgãos da segurança pública paulista transferiram os fundadores do PCC para prisões em outros estados e segundo, José Márcio Felício, o Geléião, a missão era dominar as penitenciárias para onde fossem transferidos, combatendo a corrupção e acabando com os espancamentos de presos por parte da segurança penitenciária e, caso fosse preciso, matar oponentes para que os ideais do grupo fossem cumpridos.

Alguns membros foram transferidos para penitenciárias do Paraná, e lá criaram uma ramificação, o Primeiro Comando do Paraná (PCCPR). O mesmo processo ocorreu nas penitenciárias de Mato Grosso do Sul, nas cidades de Dourados, na Penitenciária Harry Amorim Costa, e posteriormente em Campo Grande, na Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande. Após o reagrupamento em Campo Grande, a ramificação da organização se fortaleceu. Um antigo líder da Penitenciária foi assassinado e assim o Primeiro Comando do Mato Grosso do Sul (PCCMS) tomou o poder.

Mato Grosso do Sul possui uma características fronteiriças que facilitam o crescimento e proliferação do crime organizado. Divisas com outros estados brasileiros e países como Paraguai e a Bolívia agilizam escoamento do tráfico internacional de drogas.

Conforme Abreu, os primeiros registros sobre a rota sul-mato-grossense de drogas datam de 1970.

Uma das hipóteses é de que seus primórdios datam da década de 1970, quando vendedores ambulantes, chamados sacoleiros, passaram a levar a droga – na época, maconha – junto com produtos contrabandeados, como roupas, cigarro e uísque, do Paraguai até São Paulo, passando pelo interior. Documento de 1972 do serviço de inteligência do Exército já citava uma rota do contrabando e do narcotráfico entre Três Lagoas (MS) e Bauru (SP), inclusive com o transporte de drogas por ferrovias. Seis anos depois, outro relatório confidencial do Cisa, o setor de inteligência da Aeronáutica, apontava para “uma possível rede de tráfico de cocaína” na região de Araçatuba (SP). De acordo com os papéis, um “piloto de garimpo” faria o transporte de Corumbá (MS) até a região por meio de um Piper, monomotor de asas altas comum na época. “O pessoal do aeroporto sempre vê chegar com ‘saquinhos de couro’ do tamanho aproximado de sacos de 1 quilo de açúcar”, afirma o documento, um dos primeiros a descrever a rota caipira (ABREU, 2017, p.24-25).

Assim, controlar as rotas do tráfico de entorpecentes tornou-se de grande valia para o crescimento e a ampliação do PCCMS, pois ao controlá-las, manteria a hegemonia da distribuição de drogas e armas nos grandes centros urbanos do Sul e do Sudeste brasileiros, principais áreas de atuação da organização.

2. A rebelião e a cobertura do *Correio do Estado*

Fundado em 7 de fevereiro de 1954, em Campo Grande, no formato tablóide, o *Correio do Estado* possui fortes vínculos políticos. Foi criado por lideranças udenistas do sul de Mato Grosso. Quando da sua criação, o Brasil passava por transformações políticas.

A linha editorial do *Correio do Estado* prioriza a política. Inclusive sua origem está relacionada a ela: o jornal foi lançado por um grupo do então Mato Grosso, ligado à UDN, com o objetivo de disseminar as ideias do partido (até 1977 a área que hoje é Mato Grosso do Sul pertencia a Mato Grosso). Seus mentores foram Fernando Corrêa da Costa (na época governador), José Manuel Fontanillas Frageli (o primeiro diretor-presidente do periódico, atualmente ex-senador, ex-deputado, ex-governador) e José Inácio da Costa Moraes (principal acionista do referido veículo de comunicação (SCWHENGBER, 2008, p. 1).

A União Democrática Nacional (UDN) foi criada com ideal libertário para combater libertário a ditadura de Getúlio Vargas, em 7 de abril de 1945, resultante da união de antigos partidos políticos e a incorporação de novos. Era um movimento que tinha como características agregar diversas raízes políticas e históricas. Adversários do

antigo imperador, inimigos e desafetos, cujo objetivo era apressar a queda de Getúlio Vargas e extinguir o regime vigente. Com uma trajetória marcada por vitórias e derrotas, a UDN esteve presente na política brasileira por vinte e dois anos, e sua contribuição final foi a instalação do regime militar.

Durante a década de 1970, o jornal teve também outro papel histórico. Noticiou as lutas de Campo Grande e região, e defendeu a divisão de Mato Grosso para a criação de Mato Grosso do Sul. Nesta década, durante o governo militar, Campo Grande foi uma das cidades do Centro-Oeste brasileiro que mais cresceu. Como o País vivia tempos de censura, o jornal desenvolveu a prática de pautar assuntos que levassem ao conhecimento do leitor as transformações positivas da região (SCWHENGBER, 2008).

Poucos anos após sua fundação, o jornal passou a ser propriedade de José Barbosa Rodrigues. Em 2003, após a morte de Rodrigues, o jornal passou a ser administrado por Antônio João Hugo Rodrigues (filho de José Barbosa Rodrigues) e por Éster Figueiredo Gameiro, detentora de cota de participação societária decorrente do casamento com Antônio João. Em 2006, ano em que essa pesquisa é embasada, o jornal era dirigido por Esther Figueiredo Gameiro e Marcos Fernando A. Rodrigues e contava com os cadernos de Política, Geral, Copa de 2006, Esporte, Economia e Caderno B.

O grupo já foi proprietário da Rádio Cultura AM e da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão que era composta pela Rádio Canarinho FM e TV Campo Grande (afiliada do SBT). Foi também de propriedade do grupo a TV Guanandi, filiada à Rede Bandeirantes), TV Dourados (afiliada do SBT em Dourados-MS) e do jornal *Diário da Serra*.

Atualmente, além do jornal, o grupo possui duas emissoras de rádio: Mega 94 FM e Rádio Hora e outras empresas que não são voltadas para a comunicação: Agiumsoft, Portal de imóveis Vem para Casa, Portal de veículos VIP Marcas e a produtora de vídeos Macaw. Com uma tiragem diária de 11 mil exemplares e 9 mil assinantes, o jornal circula por 32 cidades⁴ de Mato Grosso do Sul.

⁴ **Pantanal:** Anastácio, Aquidauna, Corumbá, Ladário e Miranda

Centro-Oeste: Bandeirantes, Camapuã, Campo Grande, Coxim, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste e Sidrolândia

Leste: Aparecida do Taboado, Brasilândia, Chapadão do Sul, Nova Andradina, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas

A região sudoeste de Mato Grosso do Sul é formada pelos municípios de Amabai, Antônio João, Bonito, Dourados, Guia Lopes da Laguna, Itaporã, Jardim, Maracajú, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã e Rio Brillhante.

Informações disponíveis em < <https://resources.correiadoestado.com.br/MIDIA-KIT-NACIONAL.pdf> > Acesso: 01 mai. 2020, 10:03:00.

As edições utilizadas para essa análise foram pesquisadas na plataforma digital do jornal, que disponibiliza exemplares digitalizados desde a edição nº 1. No período que essa pesquisa se baseia (14/05/2006 a 14/06/2006) foram publicadas 30 edições (nº 16.253 até nº 16.282). No entanto, o acervo tem disponível apenas 24 edições para pesquisa, das quais assuntos relacionados às rebeliões foram capa em vinte e uma delas. Não foi possível pesquisar as edições⁵ faltantes no acervo físico, pois por conta da pandemia de COVID-19, as consultas presenciais foram suspensas. As edições disponíveis somam 664 páginas, incluindo os cadernos suplementares e excluindo as páginas de classificados.

A rebelião e seus desdobramentos estiveram presentes em 91% (22) das edições, em diferentes formatos e gêneros jornalísticos. Em seu estudo publicado em 1986 no livro *A opinião no jornalismo brasileiro*, Melo reconhecia apenas os gêneros de jornalismo informativo e jornalismo opinativo na imprensa brasileira. Posteriormente, em sua reavaliação publicada em 2013 no livro *Gêneros jornalísticos no Brasil*, além destes dois, o autor acrescenta os gêneros *interpretativo, utilitário e diversional*.⁶ Para cada um destes gêneros, são relacionados os respectivos formatos. No jornalismo informativo, os formatos são: nota, notícia, reportagem e entrevista. No jornalismo opinativo: artigo, editorial, comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta do leitor.

Na cobertura realizada pelo jornal foram identificados onze textos opinativos, três charges, sessenta e três textos informativos e cinquenta e duas fotografias, além de dezenove textos que mencionavam rebeliões prisionais em outras regiões do país.

O grupo dos textos informativos é composto por cinco editoriais e seis artigos. Os editoriais são: *O fracasso do Estado* (16/05/2006); *O galinheiro e a pirâmide invertida* (17/05/2006); *A indústria do Medo* (19/05/2006); *Força ficcional* (04/06/2006); *Regalias ou punição* (04/06/2006).

Dos artigos, dois são de autoria de jornalistas, que participaram da cobertura e foram responsáveis também por textos de outros gêneros, – *Crime governa o país* (16/05/2006), de Denílson Pinto; *Escolha sua indignação* (17/05/2006), Dante Filho –; e

⁵ Edições: 16.255 de 18/05/2006, 16.257 de 20/05/2006, 16.262 de 25/05/2006, 16.263 de 26/05/2006, 16.275 de 07/06/2006 e 16.279 de 11/06/2006.

⁶ Na classificação de Melo (2013), ao gênero interpretativo correspondem os formatos dossiê, perfil, enquete e cronologia; ao gênero diversional os formatos história de interesse humano e história colorida; e ao gênero utilitário os formatos indicador, cotação, roteiro e serviço. Porém, estes três gêneros e seus respectivos formatos não serão aplicados à esta pesquisa.

três foram escritos por advogados – *À beira do abismo* (19/05/2006), Omar Kadri; *Construir escolas é a solução?* (19/05/2006), Sérgio Maidana; *Segurança sem hipocrisia* (01/06/2006), Ruy Sant’Anna dos Santos, que é advogado e jornalista. O servidor da UFMS, Aurélio Alves, é o autor do artigo *Os irmãos metralha* (12/06/2006).

As duas charges utilizadas pela cobertura, também pertencentes ao gênero opinativo, faziam alusão ao derramamento de sangue no Brasil, pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital, (16/05/2006), e representava um Brasil doente em um quarto de hospital (19/05/2006).

Como se observa, a cobertura do jornal ultrapassou o campo informativo e se estendeu ao opinativo, principalmente por meio de artigos editoriais. Ou seja, cidadãos, principalmente advogados e os próprios jornalistas, receberam espaço para expressar seu juízo de valor em relação aos acontecimentos. O editorial é, por definição, onde a empresa jornalística manifesta sua posição ou juízo de valor em relação ao fato acontecimento. Em linhas gerais, nos seus editoriais, o *Correio do Estado* manifestou uma característica crítico político, apontando as deficiências do Estado e da administração pública, os temas enfatizados em sua maioria expunham deficiências estatais e ressaltam a vulnerabilidade e ineficiência da segurança pública, seja na degradação do sistema penitenciário estadual ou nas falhas de planejamento e execução das ações.

Com as rebeliões repercutindo nacionalmente, o jornal publicou 19 matérias sobre o movimento na capital paulista e em presídios do interior daquele estado. As notícias sobre São Paulo traziam inicialmente informações relativas ao clima caótico produzido pelos atentados e rebeliões, apontava falhas na administração estatal, dando ênfase ao vácuo deixado pelo Estado nas periferias. Posteriormente as notícias dedicaram-se a ressaltar os acertos políticos para o fim das rebeliões, inclusive em notícia publicada em 16 de maio, apontou a negociação entre o governo paulista e a cúpula do PCC para que as rebeliões e atentados fossem suspensos. Após o término da rebelião os textos noticiavam as atividades de rotina da população que estavam sendo retomadas.

As matérias sobre as rebeliões em Mato Grosso do Sul atingiram 3% (20 páginas) do volume de páginas publicadas no período. Dos 63 textos informativos relativos ao movimento em Mato Grosso do Sul, 82,53% (52) são notícias e os demais são nove notas, uma entrevista e uma fotorreportagem.

As notas informavam sobre ações policiais após o final da rebelião, detalhes de como foram tratados alguns reféns, possibilidade de o PCC estar infiltrado nas forças policiais e sobre a apreensão dos aparelhos eletrônicos de propriedade dos internos em véspera de copa do mundo de futebol.

Eu não tenho medo do PCC foi o título a entrevista concedida pelo diretor-presidente da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, Luiz Carlos Telles Junior, ao jornalista Dante Filho, na qual o entrevistado afirmava não se sentir pressionado pelas ações da organização criminosa.

A fotorreportagem trazia momentos onde reféns eram espancados no telhado de penitenciária, familiares saindo de presídios após serem soltos pelos rebelados, presos, reféns e agentes penitenciários sendo socorridos pelo Corpo de Bombeiros.

Deste conjunto, 89% (56 textos) foram publicados no caderno Geral, dois no caderno Política, quatro no encarte especial Copa 2006 e a entrevista foi publicada no caderno Entrevista. Além de Campo Grande, as notícias relacionadas ao interior do estado foram procedentes dos municípios de Dourados, Corumbá e Três Lagoas. Naviraí entrou na cobertura posteriormente, pois o presídio da cidade foi escolhido para isolar integrantes do PCC, que foram apontados pela segurança como líderes da rebelião.

Devido aos inúmeros desdobramentos gerados pela rebelião ao longo dos dias, a equipe de jornalistas atuantes na cobertura foi composta por treze profissionais.

Juntos, os jornalistas Eduardo Miranda e Elvio Lopes foram responsáveis pela produção de 50 % da cobertura, trinta e sete textos. Os demais textos foram escritos por: Marcelo Fernando (sete), Redação (seis), Thiago Gomes, Denílson Pinto e Edilson Oliveira escreveram três cada; Clodoaldo Silva, Edivaldo Bittencourt e Robson Moreira dois cada; Antonio Vegas, Dante Filho, Sílvia Tada e Marisa Coutinho um texto cada.

A fotografia foi amplamente utilizada na cobertura, foram sessenta e quatro imagens, 12 fotografias utilizadas nas chamadas de capa e 52 no interior das edições. Quinze profissionais realizaram a cobertura fotográfica: Valdenir Rezende, Paulo Ribas, Álvaro Rezende, Dorvacil Tamoschi, Antônio Versas, Nelson Gabiatti, Fernando Montovani, César Cordeiro, José Cruz, Isaac Amorim, Gerson Oliveira, Luciana Novaes, Marcelo Casal Junior, Humberto Zum e Walber. Também foram utilizadas imagens do arquivo do jornal.

Considerações finais

Após a pesquisa exploratória da produção do *Correio do Estado*, foi possível identificar algumas das principais características da cobertura realizada. Foram utilizados vários gêneros/formatos jornalísticos na produção: notícias, notas, entrevistas, editoriais, artigos e charges, sendo que a maior ênfase foi dada às notícias.

Com relação à equipe responsável pela cobertura, além dos profissionais que atuaram em Campo Grande, o jornal dispôs de jornalistas em diversas cidades de Mato Grosso do Sul, como Dourados, Três Lagoas e Corumbá, de onde produziam material sobre as rebeliões nos presídios das respectivas cidades e suas consequências. Além disso alguns dos jornalistas produziram mais que um gênero/formato de textos, como foi o caso de Dante Filho e Denílson Pinto que além de notícias produziram também artigos.

As imagens/fotografias também foram amplamente utilizadas. Os fotógrafos além de registrarem imagens nos presídios que foram afetados pelos motins, também produziram materiais relacionados à segurança pública e articuladores políticos que tentavam contornar a situação.

Assim é possível afirmar que o conteúdo produzido pelo jornal simboliza um *corpus* representativo, o que possibilitará a aplicação da metodologia de Análise de Enquadramento sobre o objeto de pesquisa a ser investigado na dissertação de Mestrado intitulada *Rebelião em penitenciárias de Mato Grosso do Sul: o enquadramento de uma crise pelo jornalismo impresso*.

O posterior emprego da metodologia possibilitará verificar quais aspectos foram utilizados para retratar as rebeliões prisionais, fatores que foram potencializados ou suprimidos, os elementos estruturais e possíveis características de manipulação que foram empregadas na cobertura, possibilitando assim traçar um perfil de como a linha editorial do jornal atuou e se posicionou frente a onda de violência gerada pelas rebeliões.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; DIAS C. N. **Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década**. São Paulo: Revista brasileira de segurança pública, v.2 118-132, Agosto/Setembro, 2016.

AMORIM, C. **Comando Vermelho**: A história secreta do crime organizado. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 mar. 2020, 13:54:00.

ABREU, A. **Cocaína: a rota caipira**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

ASSIS, F.; MELO, J. M. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2013.

CHRISTINO, M. S.; TOGNOLLI, C. **Laços de sangue: A história secreta do PCC**. São Paulo: Matrix, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **PCC: sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil**. Disponível em:

<<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>>

Acesso em: 01 mar. 2020, 09:47:03.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SALLA, F. **As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira**.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200011&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 30 mar. 2020, 23:02:05.

SCHWHENGBER, I.F. **Aspectos históricos do jornal Correio do Estado**. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Aspectos%20historicos%20do%20jornal%20Correio%20do%20Estado.pdf>>

Acesso em: 01 mai. 2020, 21:17:09.